

ELEIÇÕES

Empresário João Pinheiro, que disputa prefeitura de Marília (SP), declarou ao TSE patrimônio de R\$ 2,1 bilhões. Sandro Mabel, em Goiânia, também está no ranking

Candidatos ricos vêm do agro e da indústria

» MARIA BEATRIZ GIUSTI*
» PEDRO JOSÉ*

Marcello Casal Jr./Agência Brasil



Tribunal Superior Eleitoral: resolução de 2022 confirmou obrigatoriedade de declarar bens

Política é investimento, a julgar pela concentração de candidatos com patrimônio considerável nas eleições municipais deste ano. A partir dos dados consolidados pelo TSE na semana passada, é possível observar o nível de riqueza e a evolução patrimonial de quem decide ingressar na vida pública.

A declaração dos bens é um tema controverso entre os candidatos, reaciosos de divulgar informações pessoais. Mas uma resolução do Tribunal Superior Eleitoral, de 2022, estabelece que a “publicidade” e a “transparência” são necessárias para o eleitor escolher aquele que irá assumir um cargo na administração pública.

De acordo com as informações públicas apresentadas à Justiça Eleitoral, nota-se que os candidatos de patrimônio vultoso atuam no ramo empresarial ou no agronegócio. É o caso do candidato à prefeitura de Marília, em São Paulo, e calouro na política, João Pinheiro, do PRTB. O candidato é dono da maior fortuna nas eleições deste ano.

O empresário declarou à Justiça Eleitoral um patrimônio no valor de R\$ 2,851 bilhões. Boa parte desse montante é proveniente da participação na empresa Suga Brazil, especializada na comercialização de commodities agrícolas. O negócio de Pinheiro, contudo, enfrenta problemas judiciais. Na última quarta-feira (14/08), a Justiça de São José do Rio Preto decretou a falência da empresa, em razão de uma dívida de R\$ 262.951,88.

O empresário também declarou ao TSE R\$ 1 milhão em cotas de uma empresa de criação de gado e produção de leite, chamada Das Marias Agropecuária. Além de R\$ 300 mil em uma caderneta de poupança da Caixa Econômica Federal.

Diversos políticos que fazem parte do ramo do agronegócio acumulam patrimônios milionários. O atual prefeito do município de Pimenta, em Minas Gerais, é produtor agrícola e o

candidato com o maior patrimônio de todo o estado. Geovânio, filiado ao PSD, declarou ao TSE possuir R\$ 136,9 milhões.

Candidato à reeleição na cidade, o prefeito declarou R\$ 33,4 milhões em 2020. Em quatro anos, houve uma valorização de quase 410% do patrimônio. O bem de maior valor declarado foi a posse de 50% de máquinas agrícolas, como colheitadeiras, plantadeiras, tratores e caminhões, entre outros equipamentos de produção agropecuária. O total representa R\$ 42,2 milhões.

Outro que teve um aumento substancial de patrimônio é o candidato à prefeitura de São Paulo pelo Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB), o empresário e influenciador digital Pablo Marçal. Ele declarou ao TSE, um patrimônio no valor de R\$ 169,5 milhões, cerca de R\$ 70 milhões a mais de quando foi pré-candidato à presidência em

2022. Na ocasião, Marçal informou à Justiça Eleitoral um patrimônio R\$ 96 milhões.

A maior parte do patrimônio de Pablo tem origem em 80% do capital social da empresa Aviação Participações, valor equivalente a R\$ 80 milhões. Pablo também possui R\$ 19,2 milhões investidos na Letra Imobiliária Garantida do Banco Itaú.

Outro candidato com uma fortuna acima da média é o empresário Sandro Mabel, postulante à prefeitura de Goiânia pelo União Brasil. Mabel era herdeiro da fabricante de biscoitos Mabel, fundada em 1953, mas a empresa foi vendida em 2011 para a PepsiCo por cerca de R\$ 800 milhões. O empresário declarou ao site do TSE um patrimônio de R\$ 313,4 milhões. Atualmente, Sandro Mabel detém 50% das ações na empresa Gama Internacional, o que equivale a R\$ 9,5 milhões. Além da participação na

Snowmass Enterprise e Agropecuária Santa Cláudia, que juntas somam R\$ 10,7 milhões em ações.

Sandro Mabel já foi deputado federal por Goiás e atuou como assessor especial da presidência da República durante o governo de Michel Temer.

Entre os candidatos com maior patrimônio na corrida municipal está o atual senador do Ceará, Eduardo Girão (Novo). Candidato à prefeitura de Fortaleza, Girão declarou um patrimônio de aproximadamente R\$ 48 milhões. Esse valor inclui cinco apartamentos, uma casa, terrenos, aplicações financeiras e carros. Desde que entrou na política, Girão aumentou sua fortuna em cerca de 32%. O maior valor declarado por Girão é no investimento em fundos de multimercado, totalizando R\$ 13,5 milhões.

*Estagiários sob a supervisão de Carlos Alexandre de Souza

Marçal entra na mira do MP Eleitoral

Renato Pizzutto/Band



Marçal em ação: estilo agressivo afasta adversários em São Paulo

O promotor eleitoral Fabiano Augusto Petean pediu liminarmente que a Justiça suspenda o registro de candidatura de Pablo Marçal (PRTB), candidato a prefeito de São Paulo, até julgamento de uma ação de investigação judicial eleitoral (AIJE) por suposto abuso de poder econômico na pré-campanha deste ano. O representante do MPE pediu ainda, no mérito, quebra de sigilo fiscal e bancário das empresas do empresário e ex-coach. Em caso de condenação, Marçal pode ficar inelegível por oito anos.

A ação movida pelo Ministério Público Eleitoral sustenta que uma denúncia apontou para suposto impulsionamento de Marçal nas redes sociais, o que é vedado pela legislação eleitoral. Ao portal de notícias G1, a campanha do candidato informou que “Não houve financiamento nem na pré-campanha nem na campanha”. Acrescentou que “tudo isso é uma tentativa de frear o fenômeno Marçal”.

Para o Ministério Público, “temos que o estímulo das redes sociais para replicar sua propaganda eleitoral é financiado, mediante a promessa de pagamentos aos ‘cabos eleitorais’ e ‘simpatizantes’ para que as ideias sejam disseminadas no sentido de apoio eleitoral à sua candidatura. Neste sentido, tem-se que o impulsionamento pago é vedado pela legislação eleitoral”. Segundo as alegações da promotória

eleitoral, “para desviar desta proibição, o candidato não faz o impulsionamento diretamente. Ao contrário, estimula o pretenso cabo eleitoral ou eleitor para que, de vontade própria, façam sua própria postagem ou propaganda”, citou o promotor.

De acordo com a inicial protocolada no sábado, 17, pelo MPE, “o candidato ‘vem desenvolvendo uma estratégia de cooptação de colaboradores para disseminação de seus conteúdos em redes sociais e serviços de streaming que, com os olhos voltados

para as eleições, se reveste de caráter ilícito e abusivo”, citou o promotor no documento.

O promotor acrescentou que o suposto estímulo de Marçal junto ao eleitorado via internet, “sem declarar a forma de pagamento e computar os fatos financeiramente em prestação de contas ou documentações transparentes e hábeis à demonstração da lisura de contas, aponta para uma quantidade financeira não declarada, não documentada e sem condições de relacionamento dos

limites econômicos utilizados para o ‘fomento eleitoral’ de tais comportamentos, desequilibrando o pleito eleitoral”.

Ausência em debate

O estilo de campanha de Pablo Marçal tem incomodado os adversários. Ontem, os candidatos Guilherme Boulos (Psol), Ricardo Nunes (MDB) e José Luiz Datena (PSDB) se recusaram a participar de debate promovido pela revista *Veja*. Apenas Marçal, Tabata Amaral (PSB), Marina Helena (Novo) participaram do encontro.

A ausência de postulantes à prefeitura de São Paulo é uma consequência dos debates ocorridos na semana passada, marcados por declarações agressivas, provocações e ofensas.

No encontro promovido por *Veja*, os três candidatos participantes criticaram os adversários ausentes. Mas o debate também foi marcado pela ausência de propostas concretas para a cidade e pela recusa do candidato de Pablo Marçal a responder às perguntas que lhe eram direcionadas. Ao ser questionado, afirmava que a resposta seria dada em sua página no Instagram. A estratégia foi criticada por Tabata. “Marçal é tipo aquele aluno que só topa fazer prova com consulta. Ele só responde depois que o assessor vem falar no ouvido dele”, criticou.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br



Diga-me com quem andas, que te direi se vou contigo

O provérbio que intitula a coluna tem inspiração bíblica, mas é de autoria do humorista Fernando Apparício de Brinkerhoff Torelly, autodeclarado Barão de Itararé, uma referência à cidade paulista que foi palco de batalhas em 1893 (Revolta da Armada), 1930 (Revolução de 1930) e 1932 (Revolução Constitucionalista). A segunda diz-se que não houve, mas há controvérsias: tropas de Getúlio Vargas e Washington Luiz teriam se enfrentado de verdade.

Gaucho do Rio Grande, a 317km de Porto Alegre (RS), Torelly nasceu em 29 de janeiro de 1895. Seu pai, João da Silva, era brasileiro, e sua mãe, Maria Amélia, uruguaia. Não tinha completado dois anos quando a mãe, então com 18, tirou a própria vida. Órfão de mãe, foi adotado pelos jesuítas de São Leopoldo. No Colégio Nossa Senhora da Conceição criou seu primeiro jornal de humor, o Capim Seco, escrito à mão.

Aos 17 anos, se matriculou na Escola de Medicina e Farmácia de Porto Alegre, mas não levou a sério a anatomia e virou jornalista. Trabalhou em jornais e revistas de Porto Alegre e interior. Aos 30 anos, foi bater às portas do jornal *O Globo*, no Rio de Janeiro, a capital do país. Se ofereceu a Irineu Marinho, seu fundador, para fazer qualquer coisa, de “varredor à diretor da redação”. Sua primeira crônica foi publicada na versão matutina do jornal, em 10 de agosto de 1925.

Com a morte de Irineu Marinho, Torelly migrou para as páginas do jornal *A Manhã*, de Mário Rodrigues (1885-1930), pai dos jornalistas Mário Filho (1908-1966) e Nelson Rodrigues (1912-1980). Batizada de *Amanhã Tem Mais...*, a coluna diária fez enorme sucesso. Tanto que resolveu criar seu próprio jornal, o semanário *A Manhã*, que circulou de 1927 até 1959. Morreu no dia 27 de novembro de 1971, aos 76 anos, em Laranjeiras, na Zona Sul do Rio, de “arteriosclerose cerebral, seguida de coma diabético”.

As relações entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o presidente da Venezuela, Nicolás Maduro, que acaba de forjar sua reeleição para continuar no poder por mais seis anos, seriam um prato feito para o Barão de Itararé. A Venezuela tem as maiores reservas de petróleo do mundo, porém, sua população vive na miséria. As declarações atrapalhadas de Lula sobre a crise política no vizinho e seu aliado tóxico seriam motivos de piadas. Alimentariam aforismos, provérbios e trocadilhos de Torelly. Diria que o ditador venezuelano não cairá de Maduro.

Labirinto

Lula está num labirinto diplomático, como Teseu da mitologia grega diante do Minotauro. Desde que a cúpula petista decidiu reconhecer a vitória de Maduro, a crise da Venezuela transformou a política externa num divisor de águas da política interna, não mais com a extrema direita, porém, entre o governo Lula e o chamado “centro democrático”.

Pode-se imaginar que a questão não tem importância porque o povo está preocupado com as agruras do dia a dia. Ou os políticos com as emendas ao Orçamento da União. Entretanto, para a opinião pública, Lula contemporiza com Maduro. Deixasse o Itamaraty seguir o roteiro da nossa diplomacia tradicional, independente e pragmática, não haveria tanta polêmica. Entretanto, falaram mais alto os laços ideológicos e a solidariedade pessoal quando estava preso.

Na diplomacia, as palavras são escolhidas com cuidado, mais ainda as ambíguas. De improviso, Lula disse três besteiras que o colocaram numa saia justa: que a situação da Venezuela era normal, quando a oposição estava sendo duramente reprimida; que Edmundo Gonzales deveria recorrer à Justiça, caso sua vitória não fosse reconhecida por Maduro; e que deveria haver um acordo para a realização de novas eleições ou formação de um governo de coalizão, o que nem Maduro nem a oposição aceitam.

Uma decisão ambígua de Lula abriu a porta do labirinto: aguardar a divulgação das atas de votação das eleições, o que Maduro se recusa a fazer, porque perdeu a disputa de lavada. O que o parecia ser uma manobra para ganhar tempo e reconhecer a vitória de Maduro, virou tábua de salvação para Lula, porque as atas verdadeiras nunca aparecerão. Isso abre a possibilidade de um rompimento político pessoal, mas não parece ser essa a determinação de Lula.

A questão central é subestimar a centralidade da democracia na definição de regime bolivariano, que Lula já chamou de “democracia relativa” e, agora, diz que é um regime “desagradável”. Grosso modo, desde a vitória de Hugo Chávez, o governo venezuelano tem um viés bonapartista, por se colocar acima das classes e ser sustentado por militares, embora tenha gozado inicialmente de grande apoio popular.

Com Maduro, a Venezuela derivou para um regime “iliberal”, no qual as eleições presidenciais legitimavam seu autoritarismo; sem isso, agora, se torna uma ditadura aberta, com características fascistas, porque não respeita a vontade das urnas e recorre ao terror de Estado para se manter no poder, com sequestros, prisões e assassinatos. Mais ou menos o mesmo caminho da Nicarágua, que expulsou o embaixador brasileiro e, ontem, proibiu cerca de 1.500 organizações não-governamentais existentes no país.

Tivesse deixado o caso por conta do Itamaraty, haveria uma saída diplomática para o Brasil sem grande desgaste político interno. Agora, para evitá-lo, Lula precisa romper com Maduro. Mas “quem não muda de caminho é trem”, diria o Barão de Itararé.